

# A gestão escolar e os desafios frente ao avanço das políticas neoliberais: uma análise de uma experiência em Belém do Pará<sup>1</sup>

Zanete Almeida Gusmão<sup>2</sup>

## Introdução

Em 1988, recém graduada em Pedagogia, fui convidada para trabalhar na Escola de 1º e 2º graus “Cidade de Emaús”, localizada na periferia urbana da cidade de Belém, no bairro do Benguí<sup>3</sup>.

Esta escola é uma das expressões<sup>4</sup> do Movimento República de Emaús<sup>5</sup>, sendo uma escola particular que mantém convênio com a Secretaria de Estado de Educação, preservando sua autonomia didático-administrativa face aos princípios constitutivos de sua entidade mantenedora.

---

1 Dissertação de mestrado realizada na Universidade Metodista de Piracicaba – São Paulo.

2 Professora da Universidade do Estado do Pará e Coordenadora do Curso de Pedagogia da Escola Superior Madre Celeste.

3 Aglomerado urbano onde habitam cerca de 150 mil pessoas, na sua grande maioria posseiros, trabalhadores, “cidadãos” expropriados de uma condição digna de vida, porém com um grande potencial de luta, organização e mobilização, demonstrado no processo de formação do bairro e de conquista dos equipamentos urbanos hoje existentes.

4 Palavra utilizada pelos que trabalham no Movimento de Emaús, para qualificar os espaços de trabalho que compõem este movimento.

5 O Movimento República de Emaús é uma entidade do movimento popular da cidade de Belém, que desde 1970 vem desenvolvendo e consolidando ações sistemáticas e complementares, englobando aspectos que no seu conjunto, constituem seu projeto político pedagógico como resposta concreta frente à realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes que fazem da rua seu meio de sobrevivência e seu espaço de moradia. Suas ações são:

- educar na rua e a partir da rua
- inserção no mundo do trabalho
- educação formal (A Escola “Cidade de Emaús”)
- a defesa e garantia dos direitos
- Movimento e comunidade

-Para concretizar essas ações o Movimento criou um conjunto de estruturas descentralizadas, que no bojo do processo assumiram a denominação de “expressões do Movimento”, capazes de atuar especificamente em cada uma destas áreas, garantindo em contrapartida a unidade na sua complementaridade.



Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, N° 6, V. 2, 2006.

Sua estrutura física se diferencia das demais escolas no Estado, por sua semelhança com uma comunidade indígena, suas salas de aula possuem forma circular, construídas em madeira e cobertas de palhas de palmeiras, preservando desta maneira o estilo regional e um ambiente acolhedor àqueles que nela estudam ou trabalham.

Além disso, a escola está rodeada de grande vegetação, constituída principalmente por árvores frutíferas, solo fértil, entrecortada por igarapés de águas cristalinas e áreas de lazer, bastante utilizadas pelas crianças que freqüentam a Escola e pela comunidade que a rodeia, tanto nas atividades lúdicas, quanto nas atividades pedagógicas e político-sociais. Este fato contribui sobremaneira para o desenvolvimento do trabalho nela proposto.

A Escola “Cidade de Emaús” desde sua criação, em 1982, surge como uma alternativa para a diminuição do processo de exclusão escolar, assumindo uma atitude de desafio frente às condições adversas que enfrentam os alunos trabalhadores, no que se refere a seu processo de escolarização.

Ela surge de uma articulação entre a comunidade organizada do bairro do Benguí e o Movimento República de Emaús, através de um grupo de educadores comprometidos com um projeto de educação voltado para os interesses dos excluídos, situação que deu origem ao projeto político pedagógico da Escola, o que lhe confere grande respaldo no contexto acadêmico e social local.

Procurando inserir-se organicamente no contexto sociocultural em que se encontra localizada, a Escola “Cidade de Emaús”, busca participar efetivamente das atividades organizadas pelas várias entidades do movimento popular e sindical presentes no bairro do Benguí, assim como procura efetivar ações pedagógicas em favor dos oprimidos, conseguindo, mesmo não sendo legalmente uma escola pública estatal, gestar-se democraticamente de forma pública.

A proposta filosófica da Escola “Cidade de Emaús” orienta-se por um projeto político pedagógico compromissado com uma educação



democrática, questionadora, crítica e criativa, que repudia a discriminação racial, sexual, de classes e em todos os outros aspectos da vida, objetivando uma sociedade solidária, onde prevaleça a justiça social.

Este projeto filosófico proporciona grandes repercussões na maneira como a gestão escolar se processa no interior da escola, traduzindo-se em um fazer pedagógico construído coletivamente por todos os que fazem parte da mesma, transformando-se por este motivo em referência para os movimentos sociais e a comunidade educativa organizada, demonstrando que suas aspirações em termos educacionais são viáveis e possíveis de serem concretizadas.

Esta situação me estimulou a realizar este trabalho de pesquisa objetivando interrogar e socializar a experiência efetivada por uma escola que apresenta uma clara definição filosófica orientada por uma perspectiva de gestão democrática.

A escolha da Escola “Cidade de Emaús” como referência para esta pesquisa se deve também ao fato da mesma desenvolver um trabalho pedagógico que se destaca no contexto educacional do Estado do Pará, através de ações que tem efetivado no sentido de promover uma educação/escolarização de crianças, jovens e adultos das classes populares em nosso Estado, assim como por apresentar determinadas características que a diferenciam de grande parte das escolas convencionais hoje existentes.

Tomando por base as considerações anteriores, apresento a seguir as questões que nortearão a realização deste estudo: Que dificuldades se manifestam no processo de implementação de uma prática de Gestão escolar democrática? Quais as limitações que os administradores escolares progressistas encontram no cotidiano de sua prática educativa? Quais os desafios e as possibilidades que uma prática de gestão escolar democrática enfrenta na atualidade?

Por estas razões, a realização desse estudo, que se situa numa perspectiva de contribuir para o avanço da reflexão política sobre

o processo de gestão escolar em nosso país, orientou-se a partir dos seguintes objetivos específicos: Situar a escola “Cidade de Emaús” no contexto político, social e econômico em que está inserida. Identificar os parâmetros teórico-práticos que fundamentam uma prática de gestão escolar democrática e em que eles se diferenciam de uma prática convencional. Contribuir para o avanço das reflexões acerca do processo de Gestão escolar numa perspectiva emancipatória.

A concretização destes objetivos nesse estudo se deu pela realização de uma pesquisa qualitativa, onde a observação participante e a entrevista não estruturada foram utilizadas como técnicas básicas para o alcance de nossos propósitos.

A escolha da pesquisa qualitativa com abordagem de estudo de caso teve como finalidade garantir um estudo o mais próximo possível da realidade que se está estudando, além de considerar e analisar as críticas sociais e os fenômenos em suas raízes históricas este tipo de pesquisa, segundo Triviños (1987:125):

...privilegia a prática e o propósito transformador do conhecimento que se adquire da realidade que se procura desvendar em seus aspectos essenciais e acidentais. Por isso, consideramos como válido o enfoque histórico estrutural para nossa realidade social que, empregando o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as conseqüências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa.

A realização desta pesquisa abrange os anos de 1982 a 1994, período que corresponde à implantação da Escola, bem como a complementação da oferta do primeiro grau completo, à comunidade e minha saída para o mestrado, reassumindo minhas funções em 1997.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

A organização deste trabalho obedecerá a seguinte forma e conteúdo:

**INTRODUÇÃO:** Definição e delimitação do problema (inserindo-o no resgate de minha experiência como Administradora escolar na Escola Cidade de Emaús – Belém – Pará),

apresentação dos objetivos, metodologia utilizada, motivo do interesse pelo estudo. 1º CAPÍTULO: História da Escola “Cidade de Emaús”, destacando sua clientela, seu currículo, suas relações, sua filosofia e sua proposta educacional. 2º CAPÍTULO: Experiência de Emaús, enfatizando a gestão democrática que desenvolve. 3º CAPÍTULO: Conclusão, analisando avanços e recuos e apontando para um repensar da prática da gestão escolar neste contexto de ofensiva neoliberal.

Desta forma este estudo pretende oferecer subsídios para que o campo da gestão escolar possa fortalecer sua perspectiva de ação transformadora, de tal modo que a escola passe a assumir-se como um espaço de inclusão de todos aqueles que a freqüentam, e para que no seu cotidiano todos possam ser sujeitos de transformação social, sem desconhecer os determinantes econômicos, sociais e políticos do contexto da escola.

## CAPÍTULO I

### A Escola de 1º e 2º graus “Cidade de Emaús”

No final da década de 70, o país iniciava um momento de redemocratização, momento em que todos procuravam espaços para garantir a participação da comunidade nos mais diferentes segmentos sociais, uma vez que nem sempre isto estava sendo possível de forma explícita, tendo em vista a situação política pela qual o país estava passando.

Neste contexto começou a discussão da criação do projeto “Cidade de Emaús”, que inicialmente se propunha desenvolver uma educação em período integral, onde se deveria morar, estudar e trabalhar, ou seja, se previa a construção de uma escola para atender os filhos das famílias que deveriam se deslocar para o bairro do Benguí, para juntos realizar uma experiência comunitária participativa; porém esta experiência evoluiu rapidamente para o atendimento também da comunidade do Benguí, visto que o bairro,

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

recém implantado, não dispunha de escolas suficientes para atender a demanda existente.

A comunidade organizada do bairro do Benguí (Comunidade Eclesial de Base), estava engajada junto à Comissão de Bairro de Belém – CBB na campanha “Escola para Todos”, objetivando conseguir escolarizar as crianças de 7 a 14 anos que ficavam sem estudar, por não haver no bairro escola para todos.

Assim, a construção da Escola “Cidade de Emaús” ocorreu na antiga vacaria localizada na rua Yamada, que fazia parte do terreno onde estava sendo implantada a Expressão “Cidade de Emaús”. Com a ajuda de todos – crianças, jovens, homens e mulheres, em forma de mutirão, uma casa que era utilizada como estábulo foi adaptada e, conforme combinado, em vez de quatro, construíram oito salas de aula, trabalhando principalmente aos sábados, domingos e feriados.

Enquanto a construção da escola ia sendo feita, alguns membros do MRE, promoviam encontros com lideranças do Movimento Popular e moradores do Benguí, com a finalidade de discutir acerca de como deveria ser a escola que estava surgindo e o que se pretendia com ela.

Assim, paralelamente ao encaminhamento do processo de convênio junto à Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, ia se definindo coletivamente a organização, estrutura e funcionamento da Escola. Nestas discussões foi sendo elaborada a proposta filosófica e metodológica da Escola, que tinha como objetivo mais amplo orientar as crianças e adolescentes a criar sua peculiar maneira de ser, interagindo solidariamente com os demais colegas e buscando intervir na realidade de forma crítica e construtiva enquanto um ser que transforma e é passível de transformação.

Tal propósito exigia que a Escola estivesse em permanente intercâmbio com a comunidade, através de reuniões sistemáticas, onde eram discutidos todos os problemas referentes à mesma, contando com a participação efetiva dos professores, pais e representantes do MRE.

O convênio com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC foi firmado em 1982, garantindo-se algumas especificidades, principalmente no que se refere à responsabilidade administrativa e pedagógica da Escola, que inversamente ao que acontecia com os outros convênios, garantia a competência ao Movimento República de Emaús e não a SEDUC. Conquistar esta autonomia se fazia necessário, dada a intenção do movimento em criar uma escola que fosse possível construir e experimentar uma proposta voltada para as classes populares.

O novo prédio da Escola Cidade de Emaús seria construído do lado apostado do terreno onde funcionava a antiga sede, pois assim ficaria mais fácil o acesso ao transporte. A estrutura física do novo prédio deveria ser adequada à realidade regional, desta forma foram construídas malocas de madeira em formato circular, cobertas de palha e circundadas por meias-paredes de madeira, com pisos de cimento batido, como forma de garantir uma boa ventilação e permitir a livre movimentação dos alunos, além de oportunizar a organização das carteiras de modo a propiciar a integração de todos.

Esta estrutura física foi pensada pelo fato de se pretender uma escola que também nesse aspecto refletisse a sua proposta filosófico-metodológica, por isso optou-se por salas abertas, diferenciando-se de “pequenas prisões”; em nível mais elevado que o terreno, para evitar a penetração das águas das chuvas; e em formas de ocas, com o objetivo também de resgatar a cultura da região.

Inicialmente o coordenador do MRE, na época o Padre Bruno Sechi, em alguns contatos informais, discutiu a idéia de implantar o curso de 2º grau com esses educadores, desta forma a idéia foi amadurecendo, tomando “corpo”, até concretizar-se, contando com a participação direta da Comunidade em todas as decisões, que incluiu a definição da natureza do curso (Magistério), face às necessidades do Bairro.

Assim, em março de 1985 aconteceu a aula inaugural do Curso de Magistério, que contou com a participação dos alunos, professores,

membros do movimento e comunidade do Bairro, representada pelos pais de alunos e lideranças do Movimento Popular, momento em que foi apresentada a todos a proposta de trabalho, que foi pensada com uma duração de 4 anos, sendo o último ano, dedicado aos estudos adicionais da pré-escola, sendo fundamental a duração de 4 anos face à necessidade de se realizar um trabalho de boa qualidade na formação destes profissionais.

Diante das constantes modificações, a Escola precisou de uma maior definição e sistematicidade no que tange às ações, competências e atribuições dos segmentos que nela interagem, por essa razão foram necessárias várias reuniões e encontros e até mesmo assembléias em seu interior para que fosse elaborado e aprovado seu Regimento Interno (anexo).

Para completar os cursos oferecidos pela Escola “Cidade de Emaús”, foi implementado o nível de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, que ocorreu em março de 1991, e passou a ser ofertado para a Comunidade: do Pré-Escolar ao Magistério do 2º Grau.

## **1. A Proposta Curricular da Escola de 1º e 2º graus “Cidade de Emaús”**

Vivendo em uma sociedade estratificada por classes e por critérios de “competência”, o que se constata é a relação entre o currículo e a reprodução cultural e econômica. Partindo dessa premissa, o que se coloca como prática nesta área especificamente, é a tentativa de se manter o consenso, atuando ao nível do conhecimento manifesto, selecionando de acordo com seus significados e práticas, aqueles que devem permanecer e menosprezando, excluindo, diluindo e reinterpretando outros de forma que a classe subalterna possa continuar fora da esfera de decisões e portanto, da participação social, uma vez que conforme a tradição seletiva há uma negação total da importância do conflito.

Esta constatação confirma-se quando analisamos a afirmação de Apple (1982:125, 126):

O que em geral se constituiu no passado em um esforço consciente da burguesia de criar um consenso que não havia, tornou-se a única interpretação viável das possibilidades sociais e intelectuais. O que era a princípio uma ideologia na forma de interesses de classe, passou a ser agora a definição da situação na maioria dos currículos escolares.

Desta forma, observamos que o currículo precisa ser definido cuidadosamente para que possa justificar e garantir a aceitação das distinções e dos diferentes papéis sociais difundidos pela sociedade dominante. Essa justificação tem a função de estimular os estudantes a aceitarem como legítimas as instituições e a cultura com que interagem cotidianamente. Para que a consolidação desta situação ocorra, se faz necessário que as instituições, as regras do consenso comum e o conhecimento sejam considerados como relativamente inalteráveis, neutros e pré-definidos, o que garante uma existência baseada unicamente no “consenso”.

Ao negar a importância do conflito, a escola aponta para a aceitação irrestrita das condições sociais postas, além de se isolar dos processos políticos, com isso tornando-se uma instituição insensível às necessidades das comunidades locais, rechaçando uma ordem social em mudança, transformando-se em um setor conservador que trata os estudantes como seres a serem moldados de acordo com os valores do mercado, inculcando neles a lógica da eficiência, competitividade e flexibilidade, que são as novas formas de sociabilidade capitalista.

O currículo está assim impregnado das relações de poder. Ao ser utilizado como instrumento de reprodução da ideologia dominante, reforça este grupo, ampliando substantivamente o grau de exclusão, garantindo com isso a subjuração da classe subalterna, produzindo desta forma identidades sociais que ajudam a prolongar as relações de poder. Por outro lado, há que se reconhecer a importância de

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

se rever o papel do currículo, transformando e não negando seu poder, utilizando-o como campo cultural, de produção de conhecimento crítico, capaz de reverter as relações de poder rançosas existentes nas instituições escolares.

Apesar de se constatar avanços na área de estudo do currículo, o que se percebe é que uma grande maioria de educadores, por desconhecerem estes estudos, ainda continuam com uma visão reduzida de currículo, entendendo-o apenas enquanto componente dos conteúdos escolares e aos planos e programas de estudo das diversas disciplinas ministradas na escola.

Entretanto, em virtude da abrangência e amplitude das questões peculiares que estão presentes na proposta curricular da Escola “Cidade de Emaús”, decidimos priorizar determinados aspectos da mesma, distinguindo-os de acordo com a relevância a eles atribuídos pelos diversos segmentos que participam da construção desta experiência pedagógica; na tentativa de tornar explícita a contribuição de cada um destes aspectos para a definição do projeto político pedagógico da Escola “Cidade de Emaús”.

Alguns aspectos foram selecionados para alcançar tal propósito, são eles:

1. A Filosofia da Escola “Cidade de Emaús”
2. Os Conteúdos Curriculares Trabalhados pela Escola “Cidade de Emaús”
3. A Metodologia de Ensino adotada pela Escola “Cidade de Emaús”
4. Relação Trabalho – Educação
5. Relação Escola-Comunidade
6. Relações Pedagógicas no Interior da Escola “Cidade de Emaús”

A seleção destes aspectos se fez necessária, pois entendemos serem essas as características que fundamentam a proposta curricular da Escola, o que faz com que ela se

diferencie de outras escolas e que são, portanto, determinantes para a definição de seu projeto político-pedagógico.

## 1. A Filosofia da Escola

No bojo do processo de organização e luta dos movimentos sociais é comum encontrarmos como reivindicações propostas em relação à melhoria das condições da Escola Pública, democratização do acesso e garantia de permanência das camadas menos favorecidas à escola. Entretanto, para que tais reivindicações possam concretizar-se de forma satisfatória, necessário se faz também que nossas escolas tenham um projeto político-pedagógico definido que lhes garanta autonomia didático-administrativa e gestão democrática, ou seja, que seu fazer pedagógico seja construído coletivamente, com a participação de todos os segmentos que interagem em seu cotidiano.

Por este motivo a Escola “Cidade de Emaús” passa a ter grande importância no contexto educacional paraense, servindo inclusive de referência aos movimentos sociais e à comunidade educativa organizada como prova de que suas reivindicações são viáveis e passíveis de serem concretizadas, conforme ilustram os exemplos que se seguem.

Em setembro de 1992, a Escola “Cidade de Emaús”, manifestou sua indignação diante do descaso da Prefeitura de Belém para com a pavimentação das ruas do Benguí, bairro em que está localizada a Escola. Este fato concorria para prejudicar as atividades desta instituição de ensino, pois professores, alunos e funcionários sentiam grande dificuldade de transitar pelas ruas do bairro. Naquele momento a Escola mobilizou a comunidade estudantil, organizando uma grande passeata, que percorreu algumas das principais ruas da cidade, até a Secretaria Municipal de Saneamento, culminando com um ato público, em frente ao referido órgão. As entidades organizadas do bairro, apoiaram este evento que obteve sucesso imediato, quanto à sua reivindicação.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

Além disso, em várias ocasiões a Escola foi chamada a socializar sua experiência, tanto na esfera Estadual, como na esfera Municipal, tendo sua grade curricular servido de referência para a reformulação da grade curricular das escolas do Estado em 1990. Fora do Estado, em inúmeros encontros, também teve lugar de destaque a exposição de sua experiência, como por exemplo, no Instituto CAJAMAR<sup>1</sup>.

As situações acima referidas explicitam que a Escola “Cidade de Emaús”, efetivamente desenvolve uma prática que se contrapõe à dominação, condição necessária para uma ação transformadora.

Esses mesmos pressupostos filosóficos também podem ser encontrados na fala dos alunos, professores, funcionários, pais ou lideranças da comunidade do bairro do Benguí, quando indagados acerca de sua opinião sobre a Escola “Cidade de Emaús” e sua prática pedagógica:

- “Ela oportuniza que as pessoas sejam elas mesmas, respeita seus valores de mundo e se volta para a realidade dos que nela estudam ou trabalham.”(Ex-aluno)
- “A Escola tem a criança como central no processo de aprendizagem.”(Professor do 1º Grau)
- “Ela tenta conscientizar seus alunos despertando o senso crítico dos mesmos. Ela ajuda o aluno a definir sua visão própria de mundo.”(Professor de 2º Grau)
- “Emaús trabalha seus alunos politicamente para que possam se organizar e ajudar os filhos e pais trabalhadores a lutarem por seus direitos, dando apoio e mostrando a cada um a responsabilidade que lhes cabe.”(Aluno do 4º ano do Magistério)
- “A Escola tem uma filosofia bem definida, ou seja, tem bem claro o tipo de homem que ela pretende formar e isto define o nosso trabalho. Nas outras escolas tudo fica solto, por não ter definido sua filosofia.”(Professora do 1º Grau)

- “Os alunos participam das decisões da escola e tem liberdade de se manifestar.”(Ex-aluna)
- “A Escola preocupa-se com a aquisição da consciência de classe por parte de todos que nela estudam e trabalham.”(Professor de 2º Grau)

Estes depoimentos demonstram a concretização dos pressupostos filosóficos na prática pedagógica da Escola “Cidade de Emaús”, direcionados a uma educação democrática.

## 2. Os Conteúdos Curriculares da Escola “Cidade de Emaús”

Não é fácil para nós educadores, encararmos o fato de que o sucesso da escola no contexto atual se deve mais ao fato dela agir enquanto uma instituição normatizadora, controladora de comportamentos, do que à função de socializar os conhecimentos que foram e têm sido elaborados pela humanidade no processo de sua existência. Por outro lado muito do que se aprende na escola às vezes não tem nenhuma significação, nem qualquer utilidade imediata para os alunos, os quais não conseguem perceber o sentido daquilo que estão aprendendo.

Na intenção de fortalecer esta concepção contra-hegemônica, que busca redimensionar o papel da escola pública, nos estimulamos a registrar a experiência efetivada pela Escola “Cidade de Emaús”, na sua maneira de conceber e organizar o conhecimento escolar, relacionando-os a outros fatores intra-escolares, que no seu conjunto apresentam-se determinantes no sentido de reverter o processo escolar das classes populares.

Com relação aos materiais didáticos utilizados na Escola “Cidade de Emaús”, existe a preocupação em produzi-los no decorrer do aprendizado dos alunos, com a finalidade de estimulá-los a construir seus próprios recursos de acordo com a sua realidade de vida. A esse respeito a diretora afirma que:

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

Na nossa Escola, nós também nos empenhamos muito em produzir nossos próprios materiais didáticos. Existem cartilhas e materiais pedagógicos produzidos pelos alunos que servem inclusive de recursos didáticos na própria Escola, no aprendizado dos alunos; existem vídeos produzidos sobre as questões da saúde do bairro; existem cartilhas produzidas também na Escola sobre sexualidade e que são utilizadas pelos grupos populares do bairro; aqui nós ainda temos produzidos slides sobre a Aids, doenças venéreas e sobre a prevenção das doenças.

No que se refere ao 2º Grau, as diferenças começam a ser notadas a partir da duração do curso, que organiza-se em quatro anos: as três primeiras séries devem ter uma organização básica para o Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º Grau completando-se por uma 4ª série, onde o futuro professor realizará o aprofundamento do Magistério na pré-escola.

Sua matriz curricular apresenta características próprias em função do projeto pedagógico da Escola que encontra-se diretamente vinculado à proposta educacional do Movimento República de Emaús, o qual realiza um trabalho com as crianças e adolescentes em seu contexto de trabalho - a rua - visando organizá-las para lutarem pela sua sobrevivência e para a transformação de sua realidade.

Estes pressupostos foram determinantes para a definição de sua matriz curricular, apresentada anteriormente, que entre outras apresenta as seguintes peculiaridades:

- A presença das disciplinas Educação Popular, História do Pará, Desenho Pedagógico, Literatura Infanto-juvenil, Fundamentos da Alfabetização e Pré-escolar, Biologia Escolar e Ensino Religioso.
- O Estágio Supervisionado escolar acontece a partir do 2º ano letivo.
- Os Fundamentos da Educação I e II aparecem desmembrados nas seguintes disciplinas: Psicologia Educacional, Sociologia da Educação, História da Educação e Filosofia da Educação.

Considero ainda pertinente, neste momento em que estamos tentando explicitar as peculiaridades presentes na grade curricular do curso de Magistério do 2º Grau oferecido pela Escola “Cidade de Emaús”, ressaltar o trabalho pedagógico efetivado especificamente nas disciplinas Educação Popular e Estágio Supervisionado Escolar, pelo fato delas se constituírem em experiências que têm contribuído de forma significativa, no sentido de “estreitar os laços” entre a Escola e seu contexto, o que parece ser uma das características marcantes da Escola “Cidade de Emaús”.

Quanto à disciplina Educação Popular, sua inclusão na grade curricular faz-se importante pelo fato de proporcionar aos discentes a reflexão acerca do processo de mobilização e luta que amplos segmentos sociais vêm desenvolvendo enquanto alternativas de resistência que consistem em se organizar em centros comunitários, sindicatos, partidos políticos, movimentos ou grupos religiosos, com o intuito de construir um novo projeto social.

A disciplina Estágio Supervisionado, conforme explicitação anterior, também constitui uma prioridade da Escola, pois acontece no 2º, 3º e 4º anos do curso. Com ele se pretende realizar a integração Escola-Comunidade, Escola “Cidade de Emaús” e as diversas escolas do bairro, a integração entre o 1º e o 2º Graus na própria Escola e entre as diversas disciplinas do curso; e sobretudo verificar se técnica e politicamente os alunos estão preparados para orientar a aprendizagem dos segmentos majoritários da população brasileira.

Todas estas especificidades da Escola “Cidade de Emaús” até aqui apresentadas e que interferem diretamente na definição e organização dos conteúdos curriculares que nela são trabalhados pedagogicamente podem ainda ser complementados com os depoimentos dos diversos segmentos que compõem a Escola acerca desta questão:

- “O conteúdo trabalhado na Escola não é inferior as demais, apenas ele é trabalhado de forma diferente, de maneira que o aluno aprenda. Isto às vezes

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

dá impressão de que o conteúdo é pouco.” (Professora do 1º Grau).

- “Na Escola, os conteúdos que ela trabalha são relevantes para a comunidade na qual encontra-se inserida, para que a mesma tome conhecimento de si e de sua realidade. Nas outras escolas há somente um repassar de conteúdos sem se preocupar se estes conteúdos alterarão ou não a realidade dos alunos, não há interesse nesta questão, se são relevantes ou não para a sua comunidade. Se a Escola de Emaús é diferente, é por este compromisso que a Escola assumiu de ser um espaço que possibilita alterar a realidade destes meninos” (Professora do 1º Grau)

- “Na Escola valoriza-se a cultura do aluno, seu conhecimento, sua linguagem.” (Professora do 1º Grau)

Com base nos depoimentos, gostaríamos ainda de destacar o respeito que a Escola “Cidade de Emaús” tem demonstrado para com a cultura de origem dos moradores do bairro, assim como a importância que atribui às experiências, sonhos, desejos, valores e expectativas de seus alunos, buscando incorporá-los às atividades pedagógicas desenvolvidas no interior da Escola, não com o fim em si mesmas, mas relacionando-as ao saber produzido coletivamente pela humanidade.

### 3. A Metodologia de Ensino adotada pela Escola “Cidade de Emaús”

Não é fácil entender porque, apesar de existirem tantos recursos metodológicos inovadores, criativos, estimulantes, dinâmicos, além de diversas concepções que propõem um repensar da prática pedagógica, ainda existam professores que insistem em se utilizar de procedimentos de ensino ultrapassados, monótonos, repetitivos e improdutivos que em nada contribuem para promover uma educação qualitativamente melhor em nosso país.

As escolas, apesar dos avanços tecnológicos altamente sofisticados, modernos e eficientes, ainda apresentam na grande maioria das vezes, como recursos apenas o quadro e o giz, para realizarem suas tarefas docentes e como recursos metodológicos predominantes, utilizam aqueles que contribuem cada vez mais para a manutenção da passividade, do conformismo e da submissão dos alunos.

A Escola “Cidade de Emaús” tem enfrentado estas questões de maneira bastante peculiar, o que resultou na implementação de pressupostos metodológicos específicos, construído coletivamente pelos profissionais e estudantes que dela participam, como forma de superar inúmeras das dificuldades acima levantadas, conforme explicaremos a seguir.

Antes mesmo da criação da Escola “Cidade de Emaús”, houve a primeira tentativa de definir uma concepção metodológica pelo grupo de profissionais, participantes do MRE, que pensavam a sua criação e como obter convênios que oportunizassem a sua manutenção.

Com a Escola em funcionamento, foi oferecido aos docentes um curso de 150 horas no Método Montessori, orientado por professores do Rio de Janeiro. Além de ser garantido um ciclo de estudos em Língua Portuguesa e Matemática, sob a supervisão e orientação do Centro Arapitanga, de Belém do Pará.

Nos depoimentos da Diretora da Escola, fica explícito que apesar da Metodologia Montessoriana ser a base, outras concepções de educação servem de fundamentação, como por exemplo, a teoria Freireana. Porém, apesar de todo o empenho no embasamento do trabalho pedagógico, os docentes encontraram muita dificuldade na aplicação desta metodologia, principalmente porque durante algum tempo, os professores tiveram que desenvolver seu trabalho em sala de aula sem os materiais montessorianos:

“A Metodologia Montessoriana em nossa Escola é utilizada como base para um trabalho pedagógico consistente, mas isto não impede que outras experiências sejam incorporadas a este trabalho, como por

exemplo, a teoria freireana, que dá suporte à uma discussão mais crítica do conhecimento, bem como acrescenta novas formas de conduzir a aprendizagem, além de garantir aos professores mais flexibilidade em sua ação pedagógica”.

**Professora Graça Trapasso – Diretora da Escola “Cidade de Emaús”**

Os depoimentos por nós coletados junto a professores, funcionários, pais e alunos, demonstram as peculiaridades da Escola com relação à metodologia adotada, eis alguns deles na íntegra:

- “A Escola de Emaús utiliza uma metodologia de ensino-aprendizagem, onde ensinar nem sempre se restringe a encher o quadro negro de conteúdos, sem se preocupar se o aluno pode ou não contribuir com o assunto, pois ensinar dentro de uma escola o aluno tem liberdade de expressão é dar a ele possibilidades de participar da vida sócio-político e econômica do meio em que ele vive”. (Aluna da 4ª série do 2º grau)

- “A metodologia utilizada contribui para a liberdade do aluno, eles se sentem muito bem na Escola, porém, quando esta liberdade dos alunos não era trabalhada, às vezes prejudicava o processo de aprendizagem”. (Professor do 1º grau)

- “Na Escola não se aprende com o método tradicional que é imposto para as crianças, as professoras são mais pacientes, trabalham a partir da realidade do aluno e têm por objetivo formar um cidadão que possa se questionar e, questionar sua realidade de explorado, que vivem num bairro discriminado. A Escola tenta desmistificar isto, levando em consideração o desenvolvimento psicológico do aluno”. (Funcionária da Escola)

- “A Escola não dicotomiza teoria e prática, nela as aulas são ministradas de forma diferente e não bitola o aluno. O aluno não só aprende, mas compreende e passa o conhecimento para outras pessoas”. (Ex-aluna)

- “Os professores nos passam tarefas dinâmicas, gostosas de participar. Eles procuram evitar que a

aprendizagem ocorra de forma castradora e oprimida”.  
(Aluno da 3ª série do 2º grau)

- “Emaús tem um método de trabalho que leva a criança a criar situações, expandindo e aprofundando conhecimentos que ela vivencia no seu ambiente”.  
(Aluno da 2ª série do 1º grau)

A Escola “Cidade de Emaús”, implementou uma experiência pedagógica interessante e inovadora inclusive, ao criar um espaço destinado ao Laboratório Pedagógico. Neste espaço são desenvolvidos alguns projetos que visam angariar recursos financeiros para a Escola com o intuito de produzir materiais didáticos requeridos pelo trabalho docente dos professores.

Portanto, ao concebermos o método como um caminho a ser percorrido, com vistas a obter um certo resultado, composto por princípios teóricos e práticos que são simples fios condutores e que tais princípios devem ser constantemente criados nas situações políticas e sociais diferentes, concordamos com Vasconcelos (1989:100, 101), ao afirmar que: *A metodologia contém em si mesma uma função política que corresponde aos objetivos que se pretende alcançar, a serviço de que, de quem e de qual sociedade. Isto é, o como abordar e o como fazer educação vêm precedidos de o que fazer, por que e para quem fazer a educação.*

Neste sentido, esperamos ter evidenciado a vinculação da metodologia aos propósitos educativos definidos para a orientação da prática educativa realizada pela Escola, e ainda mais, que esta relação de vínculo pauta-se numa atitude de criação, de experimentação, de avaliação crítica dos resultados e de aproveitamento daquele que se mostrou relevante na prática.

#### 4. Relação Trabalho – Educação

A presença expressiva de crianças e adolescentes no mercado de trabalho demonstra as precárias condições sócio-econômicas em que se encontra o país, onde a população adulta enfrenta níveis elevados de pobreza, subemprego

e desemprego. Esta situação faz com que este segmento da população se lance no mercado de trabalho, via de regra por uma necessidade absoluta de sobrevivência, enfrentando uma série de condições adversas que caracterizam a exploração desta mão de obra, uma vez que são mal remunerados, cumprem elevadas jornadas de trabalho e na prática não vêem respeitados os seus direitos trabalhistas e previdenciários.

No caso de Belém, a situação não poderia ser diferente:

O número de crianças que morrem antes de completar 1 ano de idade, principalmente devido ao estado de desnutrição é absurdo e revoltante. Em Belém, centenas de crianças apresentam “distúrbio protéico calórico”, principalmente as que estão em idade escolar.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o fato de que a pobreza é uma das causas fundamentais da evasão escolar na capital paraense, comprovado pelo fato de que a grande maioria das crianças que desistem da escola pertence a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. E, por isso, tem que trabalhar para ajudar no orçamento doméstico<sup>1</sup>.

Analisar esta situação na esfera do Estado, torna-a ainda mais dramática, pois constatamos que a metade da população paraense não tem renda e um contingente expressivo da população assalariada recebe como remuneração máxima 1 salário mínimo, sobrevivendo desta forma abaixo da linha de miséria, ou seja, não ganham o suficiente para ter acesso à alimentação e à saúde<sup>2</sup>.

A alimentação das camadas mais carentes da população da Grande Belém, se constitui basicamente – quando se alimentam – de farinha e peixe, o que significa uma alta carência de vitaminas.

A maioria de seus moradores é formada por migrantes do interior do Estado ou Estados vizinhos das regiões Norte e Nordeste, que em geral migram para Belém em busca de melhores condições de vida.

1 Dados extraídos de estudos realizados pela Comissão de Bairros de Belém - CBB

2 DIEESE/PA. A Crise do Emprego do Pará. Junho/99

Geralmente a grande maioria destes moradores já residiu em outros bairros da capital, de onde foram expulsos em consequência da especulação imobiliária e se alojaram no bairro do Bengui como posseiros urbanos. Sem formação profissional específica, por possuírem grau de escolarização ao nível das séries iniciais do 1º grau, vivem da prestação de serviços como mão de obra não qualificada, em grande parte biscateiros e domésticas.

A situação acima apresentada evidencia o contexto social no qual a Escola “Cidade de Emaús” vem desenvolvendo sua experiência pedagógica e mais precisamente sua prática de gestão participativa. A compreensão deste contexto é imprescindível para a viabilização de uma gestão democrática coerente com a problemática específica de sua clientela, neste sentido os depoimentos a seguir retratam esta difícil realidade:

“Nossos alunos do diurno são filhos de trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, feirantes, desempregados. Na sua quase totalidade estes meninos e meninas ajudam seus pais tomando conta da casa e das crianças menores ou estão nas feiras vendendo café, bombons, chicletes etc... A ajuda desses meninos é fundamental para manter a família que em geral possui apenas um genitor. Muitas alunas trabalham como empregadas domésticas em casas de família ou fazem lavagem de roupa para fora.

Nossos alunos do noturno, quando são empregados, em geral são funcionários públicos, empregadas domésticas, motoristas de taxi, comerciários, costureiras, lavadeiras, cujo dia de trabalho é bastante cansativo. Ao retornarem aos seus lares utilizam-se de transportes coletivos lotados, gastando cerca de uma hora de viagem no mínimo.

Aqueles que não trabalham, ocupam-se dos afazeres domésticos, permitindo assim que seus pais tenham uma ocupação remunerada”.

**(Diagnóstico da realidade da Escola  
“Cidade de Emaús”. 1990. Belém/Pa.  
Impress)**

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

A construção desta realidade, suscita uma tomada de posição no sentido de que a ação pedagógica realizada pela Escola “Cidade de Emaús” atenda às necessidades e aos anseios desses alunos, sendo capaz de contribuir para que os mesmos possam modificar esta situação injusta e opressora na qual se encontram.

## 5. Relação Escola-Comunidade

Uma das críticas à escola e em especial à escola pública tem sido feita em função da mesma se manter distanciada do contexto social no qual está inserida, não se preocupando em abrir seus portões e engajar-se nas questões que permeiam a realidade da comunidade que a rodeia.

Na grande maioria dos casos, a escola tem pouco ou nenhum contato com a população dos bairros em que está situada, sendo entendida, não raras vezes, como um mundo à parte, fechado e protegido.

Nesse contexto, os alunos se sentem estranhos à escola, achando que ela não foi feita para eles, uma vez que a mesma não tem nada a ver com sua vida do dia-a-dia. É como se dentro dela não houvesse lugar para seus problemas e preocupações, seus sonhos e esperanças.

Além disso, o que se percebe é que o individualismo e a competição têm se constituído em valores cada vez mais enaltecidos em nossa sociedade, o que faz com que o aluno demonstre descrédito com relação ao fazer coletivo, solidário e imbuído de um sentimento de responsabilidade para a escola, que por ser pública é um patrimônio de todos.

Por isso, respondendo a esta problemática, a Escola “Cidade de Emaús” se contrapõe concretamente desde a sua criação, conforme podemos constatar no levantamento documental por nós realizado:

“Constituem-se objetivos da Escola: Oferecer escolarização às crianças, pré-adolescentes, adolescentes e adultos, de modo que se tornem membros atuantes de sua comunidade. Ajudar e promover a organização dos moradores do bairro (estimular a valorização do saber popular). Assessorar as entidades populares na valorização e recuperação da cultura popular.”

### **(Plano de Implantação da Escola Cidade de Emaús)**

A Escola “Cidade de Emaús”, se propõe desenvolver uma prática pedagógica embasada no contexto em que está inserida, comprometida com o processo de emancipação daqueles que a compõem, para ressaltar esta afirmação segue o registro da fala da ex-diretora da Escola no início de sua fundação:

“Para tentar superar a desastrosa realidade da escola pública noturna, e ao mesmo tempo pôr em prática uma proposta de educação onde a escola estivesse afinada com a comunidade, foi fundada a Escola de 2º grau “Cidade de Emaús”, no bairro do Benguí.

A realidade sócio-financeira-cultural dessa clientela não é muito diferente das realidades dos bairros periféricos de Belém. São pessoas que devido às circunstâncias – de água contaminada à falta de segurança – são vítimas marcadas por uma grande violência...

Aliás que a Escola veio para reforçar e ampliar esse espírito comunitário que já existia em alguns moradores do bairro, tanto que o 2º grau já é resultado da organização política dessa gente, através da Associação de Moradores do Benguí – AMOB. Inclusive foram os próprios moradores do Benguí que, em Assembléia Geral, decidiram que o curso a ser implantado, seria o do Magistério”.

**(A experiência de Ensino Noturno no Benguí. Ana Maria O. Tancredi – Ex-diretora da Escola)**

Portanto, o que se percebe é que a Escola “Cidade de Emaús”, ao se constituir numa escola inserida na comunidade a que pertence, a partir de sua atuação nos eventos, encontros, assembléias ou outras realizações encaminhadas pelas entidades do Movimento Popular do Bairro, ou pelos Movimentos Sociais no Estado, tem demonstrado isso na prática, com

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

sua efetiva participação. Sua contribuição tem se efetivado em várias ocasiões conforme anteriormente citado em outros momentos deste estudo.

## 6. Relações pedagógicas no interior da Escola “Cidade de Emaús”

A escola tem sido alvo de críticas pela forma como as relações dos diversos segmentos que a constituem se realizam em seu interior, são elas: educação discriminatória, elitista, conservadora, competitiva, hierarquizada, autoritária, impessoal, individualista e pautada na predominância da competência técnico-científica. Estas são algumas das críticas feitas à escola, que embora estejam carregadas de consciência e criticidade, não têm sido aproveitadas para reverter a situação, no sentido de construir um novo tipo de relação em seu interior.

Essas relações são reflexos das relações sociais que se estabelecem no cotidiano das pessoas e ao mesmo tempo interferem na organização social como um todo e, a escola por não ser uma instituição fechada e sem contato com o ambiente social, se torna um espaço em que essas relações se explicitam, pois como afirma Campos (1989:163): *A escola é, ela mesma, constituída por relações sociais. Nesse sentido, torna-se necessário repensar a relação entre o “pano de fundo” e a educação: pode-se dizer que a escola, a educação escolar, a educação, são estampas singulares de um mesmo tecido, estão impressas nas contradições de classe presentes de alto a baixo na sociedade.*

Diante deste contexto, a Escola “Cidade de Emaús” apresenta de forma clara, a maneira como as relações se desenvolvem entre os diversos segmentos que a compõem, destacando a relação professor-aluno como eixo central desta relação.

Ao fazer o levantamento documental, encontramos os seguintes pontos que para nosso entendimento contribuirão para o entendimento da relação pedagógica que se desenvolve no interior da Escola:

“Enquanto se realizavam as obras de construção da Escola, prosseguiram as reuniões em torno da definição da proposta filosófica e metodológica a ser adotada.

Reuniram-se as famílias, a fim de se identificar o tipo de escola que queriam para os seus filhos. Tornou-se claro que uma das posturas básicas a serem adotadas seria a de sempre ouvir a comunidade, buscando-se um ensino participativo, onde os alunos fossem os condutores de sua própria aprendizagem, dentro de um princípio de solidariedade, liberdade de escolha, desenvolvimento do espírito crítico, da criatividade e da independência.. O objetivo mais amplo seria o de levar as crianças a se tornarem pessoas capazes de intervir na sua realidade de forma crítica e construtiva”.

**(Relatório da Visita Técnica. José Walter e Ione Matos. Sec/Mec. 1984. Belém-Pa. Impress)**

“A nossa Escola procura contribuir de forma positiva para a formação do indivíduo. Ela oferece condições para o aluno discutir o saber e possibilita o questionamento em determinados aspectos. Aqui o professor é visto não só como educador, mas também como educando, e a direção tem uma postura democrática e não autoritária. Os nossos professores procuram avaliar o aluno em vários pontos, não somente através da prova escrita, mas levando em conta toda a participação no processo educacional”.

**(Aluna da 1ª série do 2º grau: A Pedra Fundamental – Artigo do Jornal da Cidade de Emaús – Janeiro/92)**

Ao entrevistar a Diretora da Escola, seu depoimento foi bastante esclarecedor do tipo de relação que a Escola “Cidade de Emaús” pretende ter e tem demonstrado na sua prática educativa cotidiana:

“A relação professor-aluno na Escola se dá de maneira diferente e os professores, mesmo os novatos, quando vão chegando na Escola, sentem que há diferença no relacionamento, porque os meninos não têm medo dos adultos na Escola, eles abordam, eles vão em cima, eles perguntam, eles opinam, eles questionam, eles levam as questões para a direção, eles vão em cima se o

professor está faltando, eles reclamam que o professor é ruim, que o professor está dando péssimas aulas, eles percebem que é diferente porque a resposta da Direção e da Orientação não é dada sempre em função do professor, mas em função da reclamação do menino, pois busca-se sempre compreender o porque da insatisfação.

Assim, o professor ao perceber que há diferença, ele procura ir sentindo esta diferença e aí de acordo com o compromisso dele com o processo, ele ‘joga’ esta diferença para onde ele quer: ele pode utilizar esta diferença para cruzar os braços, deixar a coisa correr frouxa dentro da escola ou ele pode achar que quando o menino se envolve nas atividades ele quer saber mais, então o professor precisa buscar novas formas de trabalhar com este menino.

**(Graça Trapasso – Diretora da Escola “Cidade de Emaús. 1990).**

As entrevistas feitas com os diversos segmentos da Escola “Cidade de Emaús”, levou-nos a perceber que as relações pedagógicas presentes em seu interior constituem-se numa característica bastante peculiar que a diferencia das demais escolas convencionais existentes na cidade de Belém. Esta constatação se deve ao grande número de depoimentos coletados referentes a esta questão e pela consistência neles contida.

Desta forma, fica evidente a importância que a Escola “Cidade de Emaús” atribui às Relações Pedagógicas e ainda mais porque estas relações são construídas coletivamente por todos os segmentos que a compõem, o que reforça a afirmação de Arroyo (1991:20), de que: *Não será possível ensinar para a participação, desalienação e libertação de classe com os mesmos livros didáticos, a mesma estrutura e a mesma relação pedagógica com que se ensinaram a ignorância e a submissão de classe.*

A escola que pretendemos necessariamente deverá surgir de um projeto coletivo, que deverá contar com a competência e participação de todos os segmentos que a compõem, assim como de uma ação coordenada que favoreça uma organização consistente. Isto

exigirá um repensar das relações de poder autoritárias presentes hoje na escola, de forma a transformá-las em um novo poder que erradique a exploração e a opressão nos seus mais diversos níveis e permita a criação e a convivência com o plural e com as diferenças.

Assim sendo, num processo de gestão democrática, deve estar de forma bem articulado o ensino/gestão como condição fundamental para que se estabeleça um trabalho coletivo, onde a capacidade criadora e por vezes inovadora das pessoas envolvidas neste processo possa aflorar diante da necessidade de resolver seus problemas diários, bem como fazer emergir aspectos de uma imaginação coletiva, capaz de fazer com que estas pessoas transcendam o conhecimento e a tradição recebidos, revelando elementos de um contra-discurso útil na organização de lutas contra a dominação.

Conforme explicitado acima em que tratamos da vinculação necessária entre ensino e gestão, entendemos ser fundamental que estes segmentos juntos descubram formas de se contrapor às exigências feitas pela sociedade capitalista e uma destas formas está no reconhecimento da desigualdade gerada por este tipo de sociedade. Isto posto, facilitará o trabalho da gestão escolar, que orientará o esforço coletivo dos educadores no sentido de alcançarem como finalidade única a apreensão do saber por seus alunos, saber este, desmistificado da lógica excludente do capital. Tal propósito só será possível se o administrador se colocar à serviço das questões pedagógicas, priorizando-as, assumindo-se, desta forma, enquanto *administrador da educação*. Silva Junior (1993:78).

Neste sentido, consideramos ser possível um processo de gestão democrática em que a prática educacional crítica e criativa seja oriunda de um programa político e educacional em torno do qual todos os envolvidos poderão se organizar e se comprometer de forma radical com a sua emancipação e com a transformação social. Para que este processo se estabeleça se faz necessário superar a linguagem da crítica pessimista, partindo para a efetivação de uma ação educativa capaz de possibilitar

## Referências

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1993.

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Repensando Ideologia e Currículo**. In: Antonio F. Moreira e Tomaz T. da Silva (Orgs.), *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.

ARROYO, Miguel G. (Org.). **Da Escola carente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1991.

BRUNO, Lúcia. (Org.). **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996.

CAMPOS, Rogério C. **A Luta dos Trabalhadores pela Escola**. São Paulo: Loyola, 1989.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

DIEESE/PA. **A Crise do Emprego no Pará**. Belém, (Impress), junho/99.

\_\_\_\_\_, **Os Caminhos da Exclusão Social no Pará**. Belém, (Impress), junho/99.

\_\_\_\_\_, **Contagem da População: Região Metropolitana de Belém**. (Impress), 1996.

Escola Cidade de Emaús. **Plano de Desenvolvimento da Preparação para o Trabalho**. Belém, (Impress), 1985.

**Estatuto Social do Movimento República de Emaús**. Belém, 1993.

Expressão Cidade de Emaús. **Diagnóstico da Realidade da Escola Cidade de Emaús**. Belém, (Impress), 1990.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

\_\_\_\_\_, **Plano Base para o Estudo**. Belém, (Impress), 1979.

\_\_\_\_\_, **Plano de Implantação da Escola Cidade de Emaús**, Belém, (Impress), 1980.

\_\_\_\_\_, **Proposta Filosófica da Escola Cidade de Emaús**, Belém, (Impress), 1982.

\_\_\_\_\_, **Relatório de Atividades**, Belém, (Impress), 1993.

FELIX, M. de Fátima Costa. **Administração Escolar: Um problema educativo ou empresarial**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

\_\_\_\_\_. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática**. In: Gentili, Pablo A. A. e Silva, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação. Um Estudo Introdutório**. São Paulo: Cortez, 1988.

GARCIA, Regina Leite. **Especialista em Educação, os mais Novos Responsáveis pelo Fracasso Escolar**. (Impress s/d).

GENTILI, Pablo. **A Falsificação do Consenso: Simulacro e imposição na reforma educacionais do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

GIROUX, Henry A. e SIMON, Roger. **Cultura Popular e Pedagogia Crítica: A vida cotidiana como base para o conhecimento curricular.** In: MOREIRA, Antonio Flávio. e Silva, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

HAGE, Salomão A. M. **Qual a escola que interessa às Classes Populares? Um Estudo de Uma Experiência no Bairro do Benguí.** Belém/Pa: 1994.

HAGE, Salomão M. e GUSMÃO, Zanete Almeida. **Qual a Escola que interessa às Classes Populares? Um Estudo de uma Experiência no Bairro do Benguí.** Belém, INEP/UEPa, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. **Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira.** In: Lesbaupin, Ivo (Org.). O desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HORA, Dinair da . **Gestão democrática na escola.** São Paulo: Papirus, 1994.

HUNT, E. K. & Sherman Horward J. **História do Pensamento Econômico.** Petrópolis: Vozes, 1997.

HUTMACHER, Walo. **A Escola em todos os seus estados: Das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento.** In: Nóvoa, António (Coord.). As Organizações escolares em análise. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação: Pedagogia e Didática – O campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e buscas de identidade epistemológica e profissional.** In: Pimenta, Selma G. (Org.). Didática e Formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1997.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1986.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

KUENZER, Acácia. **Globalização e Educação: Novos desafios.** In: Anais IX ENDIPE. Águas de Lindóia, 1998.

NÓVOA, António. **Para uma análise das instituições escolares.** In: Nóvoa, António (Coord.). *As Organizações escolares em análise.* Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.

NUNES, José Walter e MATOS, Ione. **Relatório de Atividade na Escola de 1º e 2º Graus Cidade de Emaús.** Sec/Mec. Belém, (Impress), 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **Administração Escolar: Introdução Crítica.** São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola pública.** In: Ferretti, Celso. Silva Jr, João dos Reis e Oliveira M. Rita N. S. (Orgs.). *Trabalho, Formação e Currículo: Para onde vai a Escola?* São Paulo: Xamã, 1999.

RAYS, Oswaldo Alonso. **A Relação Teoria-Prática na Didática Escolar Crítica.** In: Veiga, Ilma P. Alencastro (Org.). *Didática: O ensino e suas relações.* Campinas, SP: Papyrus 1996.

Revista Fazendo Escola. **Paulo Freire, educador mundial da paz.** Uberaba: Ano 3 N° 4.

RIBEIRO, José Querino. **Ensaio de uma Teoria da Administração Escolar.** São Paulo: Saraiva, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA JR. Celestino Alves da. **A Escola Pública como local de trabalho.** São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, da T. T. e GENTILI, Pablo. ( Orgs. ). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas.** Petrópolis: Vozes, 1994.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, N° 6, V. 2, 2006

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Educação, Trabalho e Currículo na Era do pós-trabalho e da Pós-política.** In: Ferretti, Celso J., Silva Jr, João dos Reis (Orgs.). Trabalho, Formação e Currículo. Para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia.** In: Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Gentili, Pablo A. A. e Silva, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes.** Lisboa: Moraes, 1977.

TANCRED, Ana Maria O. **A Experiência do Ensino Noturno no Benguí.** Belém, (Impress), 1985.

TORRES, Rosa María. **Que (e como) é necessário aprender?** Campina, SP: Papyrus, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Celso dos. S. **PLANEJAMENTO. Plano de Ensino-aprendizagem e Projeto Educativo.** São Paulo: Libertad, 1995.